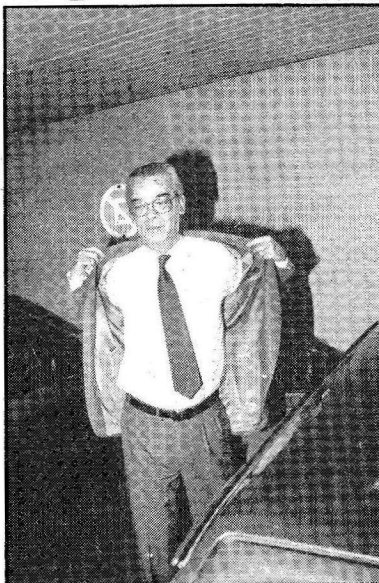


Equipe de renegociação da dívida iniciará peregrinação

Externa
O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, decidiu enviar a vários centros financeiros estrangeiros a equipe que acaba de participar da renegociação da dívida externa para informar que o Brasil, finalmente, está restabelecendo suas relações com a comunidade financeira internacional. A equipe contará inclusive com representantes do comitê assessor dos bancos credores. Essa viagem tem um claro objetivo político, ante a resistência de bancos e governos de outros países em conceder novos empréstimos ao Brasil.

O negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, encontrou-se ontem pela primeira vez com o ministro Marcílio, depois da volta ao Brasil no último domingo, quando lhe entregou uma cópia do protocolo de renegociação de dívida vencida no ano passado, negociada na administração da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. O ministro pediu ao embaixador que continue no posto até o fim da atual fase de negociações.

O protocolo, de 32 laudas, estava ontem sendo traduzido para o português e, no final desta semana ou início da próxima, o presidente Fernando Collor encaminhará ao Senado mensagem com a íntegra do documento assinado pelos banqueiros. Por lei, o Senado deve apreciar qualquer acordo de renegociação de dívida externa. "O Senado não está constrangido por



Dauster continua a negociar

prazos para aprovar o protocolo", afirmou o embaixador Jório Dauster.

Viagem

Em sua viagem aos Estados Unidos no final deste mês, acompanhando o presidente Collor, o Ministro Marcílio Marques Moreira ainda não pretende começar negociações com banqueiros objetivando a segunda fase do acordo da dívida. Marcílio pensa, no máximo,

conversar com autoridades norte-americanas sobre o assunto, na companhia do Presidente da República.

O protocolo acertado com os banqueiros inclui apenas a dívida externa vencida até dezembro último e que soma cerca de US\$ 10 bilhões. Exatamente US\$ 2 bilhões serão pagos este ano, sendo a primeira parcela de no máximo US\$ 900 milhões e o restante em sete prestações mensais, a partir de junho próximo. Ontem no entanto, Dauster alertou que o governo brasileiro não tem condições de pagar mais que US\$ 750 milhões. O pagamento da primeira parcela, entretanto, só pode acontecer dez dias depois que o Senado aprovar o acordo da dívida.

Pelo protocolo US\$ 8 bilhão da dívida vencida no ano passado serão transformados em bônus de dez anos, com uma carência de 3 anos, ou seja, o primeiro pagamento de bônus acontecerá em janeiro de 1994. Os bônus, no entanto, só devem ser emitidos no momento em que o Brasil acertar com os bancos credores privados o alongamento da dívida governamental de US\$ 52 bilhões (só com bancos privados). Essa será a segunda fase da renegociação. Antes disso, o Ministério da Economia abrirá entendimentos com o FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Clube de Paris (empréstimos de governos).

Arnildo Schulz